

# DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM QUESTÃO: ESTUDO SOBRE ASSENTAMENTO PERIURBANO NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>1</sup>*

*Ademir de Lucas<sup>2</sup>*

*Luciane Cristina de Gaspari<sup>3</sup>*

**Resumo:** No âmbito das intervenções públicas agrárias, os projetos de assentamentos na proximidade de grandes centros urbanos são poucos. No entanto, o estudo destes casos no estado de São Paulo permite analisar diferentes impactos territoriais segundo uma abordagem multidimensional. Assim, este estudo procura evidenciar as principais transformações provocadas pela implantação de um assentamento no entorno de Campinas que, apesar de sua grande população, apresenta vastas áreas canavieiras destinadas, sobretudo, à produção de etanol. Este trabalho é fruto do desenvolvimento do projeto de pesquisa "Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas", apoiado pelo CNPq.

**Palavras-chave:** reforma agrária, assentamentos rurais, multifuncionalidade da agricultura, desenvolvimento territorial e circuitos curtos de proximidade.

**Abstract:** *As part of agrarian public interventions, settlement projects close to large urban centers are few. However, the study of these cases in the state of Sao Paulo allows to analyze several territorial impacts in the terms of a multidimensional approach. Therefore, this study intends to show the*

---

<sup>1</sup>Docente da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

<sup>2</sup>Docente da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

<sup>3</sup>Doutoranda em Ecologia Aplicada. USP – Universidade de São Paulo. ESALQ – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

*main transformations caused by the creation of a settlement in the peri-urban fringe of the city of Campinas, that, in spite of its large population, has large sugar-cane plantations for the production of ethanol. This study derives from the research project "Multiple impacts of settlement creations: study cases of settlements close to Sao Paulo state urban centers", financed by CNPq.*

**Keywords:** *Land Reform; Rural Settlements; Multi Functionality of Agriculture; Territorial Development and Short Supply Chains.*

## **Introdução**

Esta comunicação veicula resultados de pesquisa sobre os diferentes efeitos produzidos pela instalação de um assentamento periurbano em região densamente povoada. As interpretações propostas aqui se apoiam em estudos sobre a evolução das posições em relação ao problema agrário no Brasil, considerando notadamente o debate em torno de novas funções atribuídas à agricultura.

Neste trabalho, focalizamos um dos raros casos de projeto de assentamento na proximidade de grandes centros urbanos. Este tipo de estudo no estado de São Paulo permite analisar diferentes impactos territoriais, segundo uma abordagem multidimensional. Assim, nossa intenção consiste em evidenciar as principais transformações provocadas por uma forma alternativa de ocupação do território nos arredores da aglomeração urbana de Campinas que, apesar de sua grande população, apresenta vastas áreas de monocultivo de cana de açúcar. As interpretações aqui apresentadas são concebidas no âmbito da pesquisa "Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudo de casos próximos à metrópoles paulistas", apoiada pelo CNPq.

De nosso ponto de vista, a concentração da estrutura fundiária brasileira constitui um dos pilares da desigualdade de acesso aos bens e serviços na sociedade brasileira, marcada por um profundo desequilíbrio social. No entanto, a reflexão sobre a questão fundiária exige a tomada em consideração da evolução do contexto social, político e econômico, visto notadamente a propagação das ideias segundo as quais a reforma agrária seria obsoleta e inútil. Nesta ótica, a noção de multifuncionalidade da agricultura favorece outros olhares analíticos sobre o problema (LAURENT, MAXIME, TICHIT, MAZE, 2003; CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009), oferecendo pistas pertinentes para o exame do papel dos assentamentos rurais. Em perspectiva próxima, autores engajados nos estudos sobre os impactos regionais dos assentamentos rurais (HEREDIA,

MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, LEITE, 2002; LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, 2004) desenvolvem uma abordagem tomando em conta diferentes aspectos do problema. Entre eles, é válido destacar a implantação de infraestrutura social, a participação dos agricultores na vida política local, as mudanças na pauta produtiva local, a instalação de novos equipamentos de abastecimento alimentar e o ponto de vista dos assentados sobre sua qualidade de vida e suas perspectivas. Efetivamente, estes estudos apresentam uma abordagem das mais inovadoras e instigantes.

Seguindo estes passos, nossa intenção agora consiste em considerar assentamentos periurbano situados em regiões densamente povoadas, cujos impactos merecem ser conhecidos de modo aprofundado. Evidentemente, a repartição fundiária não está aqui prioritariamente associada a uma perspectiva de aumento da produção<sup>4</sup>. Com efeito, são claramente outras dimensões que estão em jogo, permitindo assinalar ideias em favor de um desenvolvimento territorial integrativo e sustentável.

### **Um breve olhar sobre a evolução do debate acerca da questão agrária no Brasil**

Tomando como ponto de partida o fim do regime militar, o retorno da reforma agrária à agenda política se inscreve na atmosfera das grandes expectativas associadas à democratização da sociedade brasileira. Em 1979, no III Congresso da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), predominava a demanda pela urgência de uma reforma agrária massiva e radical. Efetivamente, a abertura democrática favorece cada vez mais a expressão das reivindicações de grupos marginalizados. É assim que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido em 1984, passa deste então a desempenhar um papel maior em favor da disseminação de ações com vistas à reforma agrária.

Nesta época, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) – previsto no Estatuto da Terra de 1964, esquecido durante a ditadura e concebido pelo governo da Nova República, sob a presidência de José Sarney ? despertou esperanças de realização de uma profunda transformação agrária. Todavia, as

---

<sup>4</sup>A defesa veemente da interdição de desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária é reveladora das posições em jogo. Nesta perspectiva muito difundida, a única legitimidade de uma intervenção agrária se funda na ideia de que se trata de medida com vistas ao aumento da produção.

frustrações se multiplicaram rapidamente em razão dos recuos da Nova República diante das fortes pressões anti-reformistas. No final das contas, os resultados da reforma agrária deste governo foram muito modestos, atingindo apenas 10% dos objetivos previstos inicialmente (GROS, 1991).

De fato, a vigorosa modernização e intensificação da agricultura conduziram progressivamente à difusão de ideias desacreditando o papel da reforma agrária. Mesmo uma parte de seus antigos defensores passa a considerar que a transformação da estrutura fundiária tornou-se uma questão obsoleta. Para estes autores, a democratização e urbanização da sociedade brasileira tornou inútil a redistribuição fundiária, como notadamente manifesta Zander Navarro (2008).

Entretanto, o clamor por reforma agrária não desapareceu, o que testemunha a importância do movimento social em favor de uma distribuição mais equilibrada dos recursos fundiários. Ao longo dos últimos anos, tal movimento pôde reunir um número considerável de brasileiros, cuja pressão sobre as esferas governamentais permite obter respostas, mesmo que frequentemente limitadas.

Para nossos propósitos, convém agora mencionar que, recentemente, uma parte deste movimento social tenta reorientar sua estratégia de ação, consistindo em privilegiar a instalação de agricultores sem terra em zonas mais dotadas de infraestrutura. Tais assentamentos são designados como "Comunas da Terra" (GOLDFARB, 2006).

No estado de São Paulo, trata-se de uma forma de assentamento rural concebida no âmbito do MST desde 2001. Suas principais características são: 1. os assentados são originários de grandes cidades; 2. as terras se situam em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas; 3. a agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos; 4. o acesso coletivo à concessão da terra é privilegiado.

Com efeito, esta perspectiva responde parcialmente a uma crítica endereçada ao MST, elaborada por Eric Sabourin (2008). Este autor sugere que os desejos dos agricultores assentados poderiam ser melhor considerados a partir de um projeto camponês moderno, ancorado na autonomia, segurança alimentar e qualidade de vida, tal como veiculado pela Via Campesina. Porém, o MST teria incorporado este projeto apenas em seu discurso, sem conceber soluções deste tipo que tomem verdadeiramente em conta as possibilidades de mercado.

Seja como for, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) propõe, a partir de experiências na Amazônia, uma nova modalidade de assentamentos, identificada como projetos de desenvolvimento sustentável (PDS). Em São Paulo, alguns assentamentos periurbanos foram implantados

sob esta orientação, notadamente o assentamento Milton Santos, objeto aqui de nossa investigação. Em princípio, o desenvolvimento destes assentamentos deve ser acompanhado de maior atenção aos cuidados ambientais.

Neste quadro, é lógico pensar que as estratégias e justificações em favor da reforma agrária estão em transformação. Desta maneira, a análise dos efeitos da implantação de assentamentos, considerando outras dimensões além de seu desempenho produtivo, permite um exame mais global da instalação dos agricultores sem terra, tendo mais pertinência diante das evoluções em curso. A noção de multifuncionalidade da agricultura<sup>5</sup> constitui um dos meios consistentes para uma abordagem desta natureza.

Em grande medida, as ideias do atual diretor geral da FAO, José Graziano da Silva (2008), apoiam-se sobre este tipo de interpretação quando sugere um renascimento da agenda agrária<sup>6</sup>. O autor considera que as novas reivindicações sociais em torno da preservação ambiental, da produção de energias renováveis, das práticas sustentáveis de exploração dos recursos naturais e da oferta de alimentos saudáveis permitem elevar a questão agrária para outro nível histórico de legitimidade política.

Nesta linha de raciocínio, convém salientar a concepção de Guilherme Delgado (2001) segundo a qual a intervenção pública sobre o fundiário pode abrir um amplo horizonte para a geração de empregos e para contribuir com a resolução de muitos problemas contemporâneos. De nosso ponto de vista, uma atividade agrícola renovada e revalorizada constitui uma chave importante para avançar nesta reflexão, contribuindo com a concepção de novas ruralidades (MORUZZI MARQUES, LACERDA, 2009).

---

<sup>5</sup>No Brasil, os estudos sobre a multifuncionalidade da agricultura destacaram quatro dimensões. Trata-se da reprodução social das famílias rurais, da promoção da segurança alimentar, da contribuição para a vivacidade do tecido social e cultural em meio rural e a preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais (CARNEIRO, MALUF, 2003). Neste campo de estudos, a última obra sobre a questão percorre um terreno fecundo associando a multifuncionalidade da agricultura ao desenvolvimento territorial (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009).

<sup>6</sup>Convém apontar, como observa Eric Sabourin (2006), uma certa mudança de visão aqui, pois José Graziano da Silva considerava, no início dos anos 2000, que o desenvolvimento da concorrência capitalista no seio da agricultura brasileira e mundial tinha chegado a um patamar tão elevado que a instalação de pequenos agricultores sem terra graças à reforma agrária seria estéril, pois tardia. Deste ponto de vista, estes agricultores não poderiam jamais tornar-se competitivos.

## **Dinâmicas territoriais em torno de um assentamento periurbano: o caso de Milton Santos**

No quadro apresentado acima, nossa análise procura lançar luzes sobre dimensões amplamente negligenciadas em torno dos efeitos das intervenções públicas em favor dos agricultores sem terra. Como mencionamos anteriormente, os impactos da implantação dos assentamentos foram estudados segundo uma abordagem muito fecunda (HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, LEITE, 2002; LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, PALMEIRA, CINTRÃO, 2004). No entanto, este tipo de estudo considerou assentamentos situados em regiões mais afastadas das grandes metrópoles. Trata-se portanto aqui de examinar uma situação diferente, como é aquela do assentamento Milton Santos, ainda pouco focalizados nos estudos sociais sobre a questão agrária

Então, convém realçar que este assentamento é fruto da perseverança de 70 famílias que enfrentaram, desde 2005, resistências e violências, especialmente aquelas examinadas por Vera Lúcia Botta Ferrante (1998) em casos similares. O resultado desta persistência foi sua instalação em área de 100 ha, vizinha a outras terras consideradas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Agora, podemos insistir sobre o fato de que as terras desta região densamente ocupada são cobertas por amplos canaviais<sup>7</sup>, o que provoca a indignação notadamente de militantes dos movimentos sociais: trata-se do paradoxo da adjacência entre um "deserto verde" e bairros precários onde se concentra uma população considerável. Porém, a visão disseminada no mundo social brasileiro contemporâneo é aquela que concebe a compra e venda no mercado fundiário como única via de acesso legítimo à terra, cuja identificação como mercadoria leva à ideia de uma ficção, na interpretação perspicaz de Karl Polany (2000).

Porém, a intervenção pública em favor da instalação de assentamentos nesta região leva a questionamentos sobre estes tipos de visão, pois permite um olhar acerca das mudanças sociais associadas a uma dinamização territorial. Gradativamente, é possível observar uma transformação dos preconceitos que sofrem os sem terra. Eles são vistos no início como oportunistas ou bandidos,

---

<sup>7</sup>Sobre este tipo de ocupação territorial, o estudo sobre a degradação social do trabalho e da natureza realizado por Maria Aparecida Moraes, Silva e Rodrigo Constante Martins (2010) é bem eloquente.

representação em grande medida associada àquela veiculada pela mídia brasileira<sup>8</sup>.

Em razão da instalação do assentamento, os assentados mencionam a existência de uma modificação do olhar preconceituoso, com a emergência de certo reconhecimento dos papéis destes agricultores e de suas famílias em diferentes esferas da vida social. A oferta de produtos alimentares na cidade, destinada particularmente aos grupos sociais mais vulneráveis constitui o aspecto mais visível para tal mudança. Convém igualmente destacar a rápida e admirável transformação da paisagem agrária e do território rural, tal como a emergência de um oásis em deserto "verde", como favorável a tal fenômeno.

De todo modo, o ponto de partida de nosso estudo, em 2009, foi um levantamento de dados permitindo a caracterização dos perfis dos agricultores assentados (MORUZZI – MARQUES, OLIVEIRA, NEMOTO, ANTIER, 2010). Este material de pesquisa permitiu a escolha de vinte famílias de agricultores-assentados susceptíveis de representar a diversidade das situações, notadamente no que se refere às estratégias de obtenção de renda. Em seguida, este grupo foi interrogado segundo o método de relato de vida (BERTAUX, 1997) entre agosto e novembro de 2011<sup>9</sup>. A questão chave aqui se refere à natureza das transformações provocadas na vida do assentado em razão de sua instalação neste território periurbano. Questões suplementares insistiram sobre aspectos que permitissem a obtenção de elementos de análise para o estudo das consequências, sobretudo, em termos agroalimentares, familiares, econômicos, ambientais e relativos à infraestrutura social. Depoimentos de dirigentes locais e coleta de documentos pertinentes à pesquisa completaram nosso trabalho de campo, permitindo considerar diferentes posições sobre a utilização das terras desta zona. As entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas segundo blocos temáticos. Em 2012, a realização de um levantamento junto a 52 famílias do assentamento sobre suas estratégias de obtenção de renda e sobre seus

---

<sup>8</sup>Esta última reforça igualmente uma visão segundo a qual a agricultura eficaz se pratica em grandes domínios. Como sugere Roberto José Moreira (2000), trata-se de difundir uma "ideologia da subsistência", na medida em que a agricultura familiar apenas poderia assegurar, se tanto, as necessidades da família. Com efeito, o conjunto destas ideias favorece a preservação de relações desiguais, notadamente no meio rural brasileiro.

<sup>9</sup>A realização destes esforços de pesquisa contou com a participação de vários colaboradores, especialmente Leandro José de Oliveira, Valentin Joly, Gabriel Siqueira e Ana Andrade.

sistemas de produção agrícola permitiu tornar ainda mais preciso o quadro com o qual elaboramos nossas interpretações.

Nosso trabalho se apoia na hipótese segundo a qual a pluriatividade - concebida aqui, em diálogo com outros autores (SCHNEIDER, 2003; ANJOS, 2003; MORUZZI – MARQUES, LACERDA, 2009), como a realização de atividades fora do assentamento associadas a uma dedicação em tempo parcial na agricultura – é muito favorecida nestas circunstâncias de proximidade do assentamento a grandes centros urbanos. No caso extremo de uma atividade agrícola completamente marginal, seria plausível considerar a possibilidade da transformação deste território em bairro dormitório, com pouca utilização das terras para a agricultura ou para outras iniciativas locais. Todavia, é igualmente admissível a suposição de que a proximidade com as grandes aglomerações urbanas poderia permitir uma maior valorização dos produtos agrícolas, em particular graças à venda direta, significando um maior valor agregado aos alimentos produzidos.

A partir destas orientações de pesquisa, a realização das entrevistas junto aos membros das famílias assentadas nos permitiu realçar em primeiro lugar que a principal transformação citada por nossos interlocutores se refere à clara melhora de suas condições de vida, notadamente graças à construção de casa própria, fornecendo uma sensação de maior segurança. O enriquecimento da alimentação é igualmente mencionado no primeiro plano das mutações.

Os dados obtidos desde 2009 permitem constatar que, em cerca de 90% dos casos, as famílias instaladas viviam anteriormente num raio de aproximadamente 30 km do assentamento. Trata-se de pessoas que moravam em periferias pobres das cidades, realizando atividades pouco remuneradas e pouco reconhecidas, muitas vezes sazonais (como a colheita de laranja). O sentimento de ter sido muito explorado é manifestado por alguns de nossos interlocutores. Entre as razões que motivaram o engajamento no movimento por terra, são notáveis o desejo de tornar-se seu próprio patrão, o gosto de trabalhar a terra, a vontade de deixar a cidade em razão de falta de trabalho, de problemas familiares ou de uma intenção de se afastar da insegurança ou bandidismo dos locais onde viviam.

Segundo os dados de 2009 (referentes aqui a 25 famílias), é possível estimar que a idade média do agricultor assentado era de 51 anos. O modelo familiar é aquele nuclear: cerca de 30% das famílias é composta de casal com filhos, agora segundo o levantamento de 2012. Convém realçar que 12 famílias entre 52 abrigam agregados, mas 35% dos lares são compostos somente pelo assentado

ou um casal. Em média, cada unidade familiar de produção é ocupada por 3,4 pessoas, o que permite estimar que cerca de 230 pessoas vivem no assentamento. Esta população provoca uma transformação notável destes poucos hectares desta zona. A paisagem diversificada em torno das moradias (com a multiplicação de vias secundárias e campos cobertos por diferentes cultivos alimentares) contrasta fortemente com aquela, monótona, da cana de açúcar que cerca o assentamento.

Sobre o plano alimentar, nossos interlocutores mencionam frequentemente a sensação de considerável melhora. Esta evolução favorável se associa à diversidade dos cultivos. Entre eles, a mandioca pode ser encontrada quase em todas as parcelas. Na primeira etapa da pesquisa, 60% dos assentados entrevistados a consideravam como a base de sua alimentação e cerca de 20% como a base de sua renda. Se certos produtos são obtidos externamente ao assentamento (caso em particular do arroz e óleo, muito consumidos), a diversificação alimentar é considerada pelos assentados interrogados como um dos aspectos mais positivos das transformações ocorridas desde sua instalação. Com efeito, mencionam o aumento sensível do consumo de legumes, ovos, frango, frutas e saladas.

Por outro lado, a proximidade de grandes aglomerações urbanas oferece efetivamente oportunidades de trabalho na cidade. No início de 2010, constatamos que 22 entre 42 famílias (52%) tinham ao menos um de seus membros, geralmente jovens realizando atividades remuneradas externas, na maior parte tratando-se de trabalho urbano não especializado. No entanto, é notável que a totalidade dos interrogados se identifique como agricultor, mesmo aqueles que exercem atividades todos os dias úteis da semana na cidade. Na maioria dos casos, o trabalho na cidade, particularmente na construção civil, é considerada como complemento de renda. A propósito, nossos interlocutores desejam no futuro conseguir implantar um sistema agrícola mais eficaz em seus lotes para permitir uma maior permanência no assentamento.

De toda evidência, esta pluriatividade favorece pouco a produção agrícola dos assentados<sup>10</sup>. Atividades não-agrícolas, mas realizadas no assentamento, como no caso de mercearias, funilaria ou oficina mecânica, são vistas como mais adaptadas aos projetos dos assentados. As atividades para-agrícolas –

---

<sup>10</sup>O desenvolvimento das atividades agrícola é igualmente desfavorecido pelo fato que os assentados não tiveram uma formação orientada para a instalação na agricultura.

estritamente ligadas à produção agrícola (MORUZZI MARQUES, LACERDA, 2009), notadamente a venda direta – correspondem ainda mais às intenções de desenvolver a agricultura. Para um de nossos interlocutores, a venda de alimentos cultivados pelos assentados representa menos riscos em relação àquela de mercadorias adquiridas. Ademais, os alimentos produzidos podem ser destinados ao consumo das famílias ou dos animais.

Com efeito, as atividades realizadas no assentamento ou mesmo em seu exterior, mas ligadas de alguma maneira à agricultura, reforçam o dinamismo local. Nestas circunstâncias, é plausível pensar em fenômenos condizentes com uma revitalização do meio rural, como sugere Ângela Damasceno Ferreira (2002) em seus estudos sobre as diferentes interpretações da ruralidade contemporânea.

Em todo caso, os dados sobre a renda dos assentados revelam um leque importante de oportunidades. Em junho de 2009, a principal fonte de remuneração segundo nossos interlocutores era a venda de produtos alimentares graças ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea.

Aqui, convém abrir parênteses para explicar que o PAA, criado em 2003 no âmbito das medidas de segurança alimentar da ação governamental conhecida como "Fome Zero", visa integrar no mesmo dispositivo de política pública o apoio produtivo à agricultura familiar e o socorro alimentar à população em situação de vulnerabilidade no acesso ao alimento. Assim, trata-se de uma forma muito original de apoio aos agricultores familiares, que devem, segundo as orientações de um contrato assinado entre a associação que os representa e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), fornecer alimentos regularmente durante um ano a diferentes instituições de assistência social<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A implantação do PAA apresenta uma série de inovações nas relações entre os agricultores familiares e as compras governamentais. A lei que instituiu o programa (10.696/2003) simplifica a aquisição pública dos produtos comercializados pela agricultura familiar. Para se beneficiar, o agricultor deve corresponder aos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); a aquisição dos alimentos deve responder aos objetivos do programa (notadamente, o abastecimento das pessoas em estado de insegurança alimentar); os preços de aquisição não podem ser superiores àqueles praticados nos mercados regionais. Desta maneira, foi possível contornar uma série de obstáculos administrativos que impediam a agricultura familiar de fornecer produtos para as compras públicas. Os produtos adquiridos pelo governo federal, em particular no âmbito da modalidade "Compra direta da agricultura familiar com doação simultânea" do PAA, são destinadas a instituições de assistência social, governamentais ou não (SCHMITT, 2005).

Em 2009, cerca de 11.000 pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar receberam alimentos provenientes de assentamentos da região, notadamente Milton Santos. As instituições sociais beneficiadas são diversas e situadas em cidades próximas (Cosmópolis, Americana, Limeira e Campinas). Entre os assistidos, podemos citar aidéticos, dependentes de drogas, ex-detentos e suas famílias, deficientes físicos e pessoas sem moradia.

Assim, 400 toneladas de alimentos foram fornecidas em 2009 via ACOTERRA<sup>12</sup>, o que corresponde a 346 mil reais para os assentados. Apesar de reclamações em razão de pagamentos em atraso ou preços pouco satisfatórios, o PAA (em sua modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea") permite a comercialização da maior parte dos alimentos produzidos no assentamento<sup>13</sup>.

Esta produção se caracteriza antes de tudo pela diversidade de cultivos e de criações. Os dados obtidos permitem estimar que cada parcela dispõe de sete culturas, a mandioca ocupando lugar de destaque como já mencionado. Ademais, podemos realçar os cultivos de banana, batata-doce, feijões, rúcula e alface (estas duas últimas sendo consideradas como boas soluções comerciais). Efetivamente, o PAA favorece esta diversidade produtiva. Em relação aos animais, a galinha caipira predomina, seus ovos e sua carne sendo a primeira fonte de proteína animal das famílias. Mas é possível encontrar também porcos, patos e vacas (em número muito reduzido).

Por outro lado, a dificuldade de abastecimento de água para irrigação das terras constitui um fator de limitação da produção, considerada o principal entrave produtivo para 55% dos entrevistados em 2012, sobretudo aquelas que oferecem uma maior receita de curto prazo, como é o caso das olerícolas.

Em todo caso, um pequeno sistema de irrigação foi implantado para irrigar

---

<sup>12</sup>Trata-se da Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista. Esta associação permite o escoamento de produtos alimentares de outros assentados, além daqueles instalados no PDS Milton Santos. Em 2009, 98 famílias eram filiadas na associação.

Podemos observar aqui também uma outra experiência de engajamento em circuitos curtos alimentares, Trata-se da participação na " Rede de Produção e Consumo Responsável de Piracicaba e Região " (<http://terramater.org.br/guandu/>). Esta rede visa reforçar um modo de produção e comercialização fundados em princípios da economia solidária e da agroecologia. A interrupção da participação nesta iniciativa se associa a problemas de logística e de qualidade dos produtos.

uma horta coletiva. Esta aqui se situa em área central, melhor servida em infraestrutura (para estocagem, lavagem). Vinte famílias já cultivaram neste terreno, em situação mais favorável para a comercialização.

No que se refere às moradias, as famílias conheceram nos dois últimos anos melhoras consideráveis. As construções rudimentares, utilizando materiais recuperados, foram substituídas – graças especialmente ao Crédito Instalação na modalidade "Aquisição de Material de Construção" do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – por casas maiores e mais sólidas. Como já mencionamos, esta melhora das residências, para a qual 25% das famílias investiam em 2012 em caso de sobra de recursos, constitui uma das manifestações mais frequentes de nossos interlocutores sobre as mudanças advindas com a instalação do assentamento: "morávamos em barracos de lona e agora nossa situação melhorou muito"; "todo mundo tem sua casa, mesmo se ela não está terminada".

Neste quadro, a instalação no assentamento é vista como uma escolha correta, apesar das dificuldades. A propósito, o acesso ao assentamento está, desde o início de 2011, difícil em razão da queda de uma ponte que não foi reparada. Outro fator de dificuldade se refere ao trabalho nos lotes, realizado essencialmente com ferramentas rudimentares, o que é considerado pelos assentados como o terceiro maior obstáculo produtivo.

Em termos ambientais, é possível constatar em primeiro lugar um grande desconhecimento dos assentados sobre a modalidade na qual se inscreve o assentamento Milton Santos (aquela de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS). Quase todos nossos interlocutores não sabem do que se trata ou acreditam que o PDS diz respeito ao tamanho dos lotes. De toda maneira, podemos salientar que estes assentados manifestam sensibilidade ao problema ambiental. De fato, uma parte do assentamento se situa em Área de Preservação Permanente (APP). Nos limites destas terras com os lotes, algumas famílias desejam implantar sistemas agroflorestais de acordo com regras de preservação.

Com efeito, desde o fim de 2010, o assentamento desenvolve um projeto de restauração ambiental em colaboração com a ONG Iniciativa Verde, que encoraja a participação dos assentados no replantio da mata ciliar. Esta ONG realiza diversos projetos com vistas à melhora da qualidade ambiental e social. Estes projetos são financiados notadamente pelo programa "Carbon free" de compensação por emissão de gás de efeito estufa. Com a restauração da cobertura florestal e a implantação de sistemas agroflorestais, tal ONG concebe igualmente

o propósito de gerar fontes de renda para as comunidades rurais<sup>14</sup>. Em 2011, os assentados cujos lotes se situam nas proximidades das terras protegidas participavam desta ação de maneira variável (alguns muito engajados).

Mais recentemente, experiências agroflorestais foram propostas e estão sendo implantadas pela equipe do Núcleo de Agroecologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Este núcleo realiza outras atividades visando, em particular, a conversão agroecológica dos lotes.

Por outro lado, a estrutura da organização do assentamento, concebida inicialmente em termos de núcleos formados por cinco a sete famílias vizinhas visando favorecer a difusão de informações e a participação das famílias nos processos de tomada de decisão, conheceu forte desagregação ao longo dos últimos anos. Mesmo se é possível obter manifestações de reconhecimento da importância da cooperação entre os assentados, a ação coletiva é minada em boa medida por uma desconfiança em razão notadamente de um sentimento de desequilíbrio ou desproporção em relação à divisão de tarefas. Assim, há uma notável tensão quando a cumprimento de ações coletivas, acompanhada de forte abstencionismo dos assentados das reuniões no assentamento, com consequente desengajamento no que se refere ao coletivo. A propósito, apenas 12 famílias entre as 52 consideradas afirmam participar da associação do assentamento.

Se esta situação reduz a capacidade de mobilização dos assentados, esta última não é totalmente inexistente. De fato, a implantação do assentamento, conquistado graças a um espírito de união e de perseverança dos sem terra, incita um debate público sobre a ocupação das terras desta região. Aliás, a Usina Açucareira Ester S.A. detém cerca de 8.000 ha de terras, parte delas de forma ilegal, como denuncia o MST<sup>15</sup>. Nestas circunstâncias, a experiência do Milton Santos encorajou a organização de outros grupos de sem terra que, em 2009 e 2011, realizaram outras ocupações visando exercer pressão política pela instalação de novos assentamentos, mas sem sucesso.

Seja como for, esta efervescência social favorece o debate público sobre a utilização desta zona periurbana. Em audiência pública realizada na cidade de Americana em dezembro de 2011, vereadores situados à esquerda do espectro político consideram que os poderes públicos deveriam rapidamente destinar estas

---

<sup>14</sup>Ver <[http://www.iniciativaverde.org.br/\\_\\_novosite/restauros-florestais-detalhes.php?cod=31&bsc=ativar](http://www.iniciativaverde.org.br/__novosite/restauros-florestais-detalhes.php?cod=31&bsc=ativar)>

<sup>15</sup>Ver <<http://www.mst.org.br/MST-ocupa-terra-grilada-em-Americana-SP>>

terras ao crescimento urbano e industrial. De sua parte, as famílias de agricultores assentados acreditam e provam de diferentes maneiras que a alternativa agrícola pode ser viável, além de uma visão estritamente economicista. Trata-se de uma perspectiva de reconstrução de projetos de vida para famílias tendo conhecido situações de grande precariedade, resultado da negação de direitos num país onde a construção social da sub-cidadania é massiva (SOUZA, 2004).

## **Conclusões**

Os dados obtidos em nossos trabalhos no assentamento Milton Santos permitem constatar, em primeiro lugar, que a atividade agrícola tem uma grande importância no assentamento. Mesmo aqueles que trabalham na cidade desejam poder desenvolver uma agricultura capaz de tornar-se a principal fonte de renda da família. Especialmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em sua modalidade "Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea", oferece esta perspectiva no horizonte. Trata-se do principal meio para o escoamento dos produtos, com certa praticidade e segurança para os assentados.

Por outro lado, estes agricultores esperam, no caso da agricultura não ser capaz de fornecer um retorno econômico razoável, poder desenvolver outras atividades no próprio assentamento (como aquelas que já existem, pequenos mercados ou oficinas de funilaria), próximas a suas residências. A propósito, os assentados salientam notadamente a melhora das condições de moradia e de alimentação como fator que lhes permite manifestar contentamento com as escolhas até aqui realizadas.

Com efeito, a análise das entrevistas permite constatar uma multiplicação de relações sociais onde predominava antes uma paisagem monótona de cana-de-açúcar. Tendo conhecido uma situação de muita precariedade, os agricultores assentados consideram, embora sejam numerosas as dificuldades, que alcançaram uma base sólida e segura para reconstruir suas vidas, tanto no plano profissional quanto familiar.

Por outro lado, as preocupações ligadas à sustentabilidade e ao respeito ao meio ambiente se situam num plano secundário para os assentamentos, visto a prioridade atribuída à busca de meios para produzir a fim de alimentar as famílias e assegurar uma renda considerada como minimamente satisfatória. Em todo caso, as iniciativas com vistas à melhora ambiental conhecem, em boa medida, uma receptividade favorável, notadamente quando a ação de proteção possa contribuir com a renda ou alimentação dos assentados, como é o caso dos sistemas agroflorestais.

Apesar das dificuldades no que se refere à organização, os assentados conseguem abrir portas relativamente interessantes para a comercialização de seus produtos, notadamente graças ao PAA. Entretanto, nem todos os assentados se integram neste último sistema, pois o trabalho exterior continua necessário, mesmo que visto como temporário para garantir a subsistência da família. O leque de oportunidades de trabalho na cidade é grande, mas o investimento em sistemas de produção no assentamento constitui um desejo manifesto dos assentados.

Em suma, a implantação de assentamentos próximos a regiões metropolitanas levanta uma série de questões pertinentes para alimentar o debate sobre a reforma agrária. Mesmo em muito pequenas unidades de produção agrícola, os assentados dispõem de oportunidades importantes de comercialização de seus produtos ou de oferta de seus serviços, permitindo refletir sobre a gestão pública destes territórios numa perspectiva de inclusão social fundada em primeiro lugar sobre o trabalho na agricultura.

## Referências

ANJOS, F.S. dos. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Egufpel, 2003.

BERTAUX, D. **Les Récits de Vie**. Paris: Nathan, 1997.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura Familiar, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 301p.

DAVID, M.B. de A. La modernisation perverse de l'agriculture et la structure de la propriété de la terre au Brésil. **Cahiers du Brésil Contemporain, Le statut de la Terre**, n° spécial. Paris: Maison des sciences de l'homme, Centre de recherches sur le Brésil contemporain/Institut des hautes études de l'Amérique latine, 1995, pp. 151-168.

DELGADO, G.C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15 (43), USP, 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais: estratégias de recusa ao

modelo estatal? **Raízes**, Campina Grande, v.15, p. 62-76, 1998.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Revista Agrária**, São Paulo, v.5, FFLCH/USP, p.109-138, 2006.

GRAZIANO SILVA, J. O renascimento da agenda agrária. **Agência Carta Maior**. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/>> Acesso em: 02/06/2010.

GROS, C. Réforme agraire, démocratisation et modernisation : réflexions à partir de la Colombie et du Brésil. In: **Problèmes d'Amérique Latine**, n° 3, Paris: La documentation française, 1991, pp. 55-71.

HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, CPDA/UFRRJ, p.73-111, 2002.

LAURENT, C.; MAXIME, F.; TICHIT, M.; MAZE, A. Multifonctionnalité de l'agriculture et modèles de l'exploitation agricole. **Economie Rurale**, Paris, vols.273-274, SFER, p.134-152, 2003.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da UNESP, 2004, 391 p.

MORAES e SILVA, M.A.; MARTINS, R.C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v.24, UFRGS, p.196-240, 2010.

MOREIRA, R.J. Críticas ambientalistas à Revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, CPDA/UFRRJ, p.39-52, 2000.

MORUZZI MARQUES, P.E.; OLIVEIRA, L.J.; NEMOTO, E.; ANTIER, C. Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: controvérsias e alternativas de

desenvolvimento, Araraquara: UNIARA, 2010. In: **Anais...**, 2010.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LACERDA, T.F.N. Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes. **Economie Rurale**, Paris, vols. 313-14, SFER, p.55-66, 2009.

MORUZZI MARQUES, P.E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v.7, UnB, p.45-66, 2007.

NAVARRO, Z. Nunca cruzaremos este rio: a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta, a sociologia militante e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.13 n.2, UNISC, p.5-51, 2008.

POLANY, K. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.

RÉMY, J. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, CPDA/UFRRJ, p.5-50, 2005.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, CPDA/UFRRJ, p.151-184, 2008.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XIV, n.2, Embrapa/MAPA, p.78-88, 2005.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, J. **A Construção Social da Sub-Cidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.